



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de oficinas e atividades práticas nas áreas de Artesanato (Zona Rural), Artesanato (Zona Urbana), Corte e Costura e Educação Física (CRAS/SCFV)**, destinadas ao atendimento das demandas socioeducativas, culturais e socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Guaraciaba/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	ARTESANATO – Prestação de Serviços de Oficinas de Artesanato com Atendimento Prioritário na Zona Rural - A contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados para a realização de oficinas de artesanato destinadas a crianças, adolescentes e demais públicos atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com atendimento prioritariamente na zona rural, podendo, caso haja necessidade, ser remanejado para outros locais indicados pela Administração. As oficinas deverão contemplar diversas técnicas, tais como biscuit, bordado em ponto cruz, bordado em fita, trabalhos em feltro, EVA, fuxico, vagonite, patchwork, artesanato com materiais recicláveis, pintura, colagem e crochê, promovendo a criatividade, a inclusão social, a valorização cultural e a geração de renda. Deverá, ainda, ser prevista a valorização do artesanato em datas comemorativas, mediante exposição e divulgação das peças produzidas. O profissional responsável deverá comprovar experiência prévia e apresentar documentação que ateste sua qualificação técnica para ministrar oficinas de artesanato. Carga Horária Semanal: 28 (vinte e oito) horas.	Horas	1.344	R\$ 33,91	R\$ 45.575,04
02	ARTESANATO – Prestação de Serviços de Oficinas de Artesanato com Atendimento na Zona Urbana - A contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados para a realização de oficinas de artesanato destinadas a crianças, adolescentes e demais públicos atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com atendimento na zona urbana. As oficinas deverão contemplar diversas técnicas, tais como biscuit, bordado em ponto cruz, bordado em fita, trabalhos em feltro, EVA, fuxico, vagonite, patchwork, artesanato com materiais recicláveis, pintura, colagem e crochê, promovendo a criatividade, a inclusão social, a valorização cultural e a geração de renda. Deverá, ainda, ser prevista a valorização do artesanato em datas comemorativas, mediante exposição e divulgação das peças produzidas. O profissional responsável deverá comprovar experiência prévia e apresentar documentação que ateste sua qualificação técnica para ministrar oficinas de artesanato. Carga Horária Semanal: 28 (vinte e oito) horas.	Horas	1.344	R\$ 33,91	R\$ 45.575,04
03	CORTE E COSTURA – Prestação de Serviços de Oficinas de Corte e Costura - A contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados para a realização de oficinas de corte e costura, em caráter teórico e prático, destinadas ao ensino de técnicas de medição, elaboração de moldes, corte de tecidos e confecção de peças em geral. As atividades deverão contemplar a utilização de máquinas de costura industriais, incluindo máquina de ponto reto, galoneira e overlock, visando ao desenvolvimento de habilidades manuais, técnicas e criativas dos participantes, bem como a qualificação para geração de renda e inserção no mercado de trabalho. O profissional responsável deverá comprovar experiência prévia e apresentar documentação que ateste sua qualificação técnica para	Horas	1.344	R\$ 40,78	R\$ 54.808,32



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53
Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



	ministrar oficinas de corte e costura. Carga Horária Semanal: 28 (vinte e oito) horas.				
04	EDUCAÇÃO FÍSICA – Prestação de Serviços de Oficinas de Ginástica e Esportes (CRAS/SCFV) - A contratação tem por objeto a prestação de serviços especializados de profissional de Educação Física, para a realização de oficinas esportivas, de ginástica e funcional, no âmbito das atividades do CRAS/SCFV. As oficinas deverão contemplar aulas teóricas e práticas, incluindo atividades físicas, modalidades esportivas como futebol, futsal, vôlei, peteca, queimada, entre outras, além de práticas recreativas, como jogos e brincadeiras. O público-alvo abrange crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas, e as atividades poderão ser realizadas em espaços abertos ou fechados, como quadras, prédios públicos ou sede do CRAS, conforme a necessidade da Administração. O profissional responsável deverá comprovar registro ativo no Conselho Regional de Educação Física – CREF, bem como experiência prévia na área. Carga Horária Semanal: 28 (vinte e oito) horas.	Horas	1.344	R\$ 36,63	R\$ 49.230,72
Valor total estimado por extenso: Cento e noventa e cinco mil, cento e oitenta e nove reais e doze centavos.					R\$ 195.189,12

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns por apresentarem especificações usuais no mercado, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, conforme previsto no art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se destina à satisfação de necessidade permanente da Administração Pública, relacionada à manutenção regular e ininterrupta das atividades socioassistenciais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente no âmbito do CRAS e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), exigindo execução contínua, periódica e previsível ao longo do tempo, sob pena de prejuízo à continuidade do serviço público e ao atendimento da população em situação de vulnerabilidade social.

Prazo de vigência

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Município de Guaraciaba/MG enfrenta a limitação de não dispor, em seu quadro efetivo, de profissionais com a qualificação técnica necessária para a execução de oficinas de **Artesanato (Zona Rural e Zona Urbana)**, **Corte e Costura** e **Educação Física**. Essa lacuna compromete a adequada execução dos serviços socioassistenciais previstos na **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** e no **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, especialmente no âmbito do **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**, instituído pela Lei nº 12.435/2011 e regulamentado pela Resolução CNAS nº 109/2009,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



voltado ao atendimento de crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social.

2.2. Considera-se, ainda, como público prioritário para inclusão nas oficinas e no SCFV pessoas em situação de isolamento social, trabalho infantil, vivência de violência e/ou negligência, fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos, em situação de acolhimento institucional, em cumprimento de medidas socioeducativas ou egressas destas, em situação de abuso e/ou exploração sexual, bem como aquelas sob medidas de proteção previstas no **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Também são prioritárias as famílias cadastradas no **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)** e as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

2.3. Diante desse cenário, a solução identificada pela Administração consiste na **contratação de empresa especializada**, devidamente habilitada e com capacidade técnica comprovada, apta a assegurar a oferta contínua e regular das oficinas, promovendo inclusão social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, desenvolvimento de habilidades, ampliação das possibilidades de geração de renda e benefícios físicos, culturais e sociais à população atendida.

2.4. A contratação pretendida visa garantir a continuidade e a qualidade das ações socioassistenciais, por meio de modelo que assegure planejamento, regularidade na execução, flexibilidade operacional e adequada gestão dos profissionais envolvidos, em consonância com as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.5. Assim, a contratação revela-se **necessária e imprescindível** para suprir a carência de profissionais especializados e assegurar a manutenção da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Guaraciaba/MG, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público e às diretrizes do SUAS.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução identificada pela Administração consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de oficinas socioassistenciais nas áreas de Artesanato (Zona Rural), Artesanato (Zona Urbana), Corte e Costura e Educação Física, de modo a atender integralmente às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social de Guaraciaba/MG.

3.2. O ciclo de vida do objeto tem início na fase de planejamento da contratação e seleção da empresa devidamente habilitada, prossegue com a execução das oficinas ao longo do período contratual de 12 (doze) meses e contempla o acompanhamento, fiscalização e avaliação contínua dos resultados, com foco na efetividade social das atividades desenvolvidas. Considerando que o objeto envolve essencialmente a prestação de serviços mediante disponibilização de mão de obra qualificada, não há aquisição de bens materiais de vida útil prolongada, mas sim a execução contínua de atividades que demandam monitoramento permanente e possibilidade de ajustes operacionais conforme a evolução das necessidades da comunidade atendida.

3.3. As oficinas serão estruturadas com base em carga horária semanal previamente definida, fixada em 28 (vinte e oito) horas por modalidade, contemplando atividades teóricas e práticas, a serem realizadas em espaços adequados localizados tanto na zona urbana quanto na zona rural, conforme



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



cronograma e locais definidos pela Administração. A empresa contratada deverá comprovar que dispõe de profissionais com qualificação técnica compatível com cada oficina, observadas as exigências legais específicas, inclusive registro ativo no Conselho Regional de Educação Física (CREF) para os profissionais responsáveis pelas atividades de educação física.

3.4. Quanto à especificação do objeto, cada modalidade de oficina contempla objetivos pedagógicos e socioassistenciais próprios, tais como a promoção da inclusão social, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o estímulo à criatividade, o desenvolvimento de habilidades produtivas, a promoção da saúde física e mental e a valorização cultural, devendo a execução observar, de forma permanente, as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Resolução CNAS nº 109/2009, que regulamenta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

3.5. Dessa forma, a solução proposta mostra-se a mais adequada e vantajosa para assegurar a continuidade, a regularidade, a qualidade e a efetividade das ações socioassistenciais, considerando todo o ciclo de vida do objeto e a especificidade dos serviços a serem prestados, em conformidade com os princípios da economicidade, da eficiência administrativa, da continuidade do serviço público e da boa governança pública.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos, em consonância com o **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis**:

4.1.1. Adotar o uso racional de insumos e materiais empregados nas oficinas, priorizando sempre que possível produtos recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental, especialmente nas atividades de artesanato;

4.1.2. Assegurar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos eventualmente gerados nas oficinas, com incentivo à separação para coleta seletiva e à redução do volume de descarte;

4.1.3. Integrar, de forma transversal às atividades socioassistenciais, práticas de conscientização ambiental voltadas aos participantes, estimulando atitudes de responsabilidade socioambiental, consumo consciente e preservação do meio ambiente.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.2. Não se aplica, no presente caso, a vedação ao fornecimento de marcas ou produtos específicos, uma vez que o objeto contratado refere-se à **prestação de serviços especializados na realização de oficinas socioassistenciais**. No entanto, quaisquer materiais, insumos, instrumentos ou recursos pedagógicos eventualmente utilizados na execução das oficinas deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e estar em conformidade com as exigências legais e normativas aplicáveis. Ressalta-se, ainda, que a utilização de insumos deve observar critérios de qualidade, segurança e sustentabilidade, vedada a indicação de marcas específicas, salvo nas hipóteses previstas em lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida a apresentação de amostras, uma vez que o objeto contratual refere-se à **prestação de serviços especializados de oficinas socioassistenciais**, cujas condições de execução estão devidamente definidas nas especificações técnicas constantes deste Termo de Referência. Tais especificações são suficientes para orientar a elaboração das propostas e possibilitar a avaliação da conformidade dos serviços ofertados, sendo a aferição de sua adequação realizada com base na documentação comprobatória de qualificação técnica apresentada na fase de habilitação e na análise da proposta apresentada pelos licitantes.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência de garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que o objeto trata da **prestação de serviços especializados de oficinas socioassistenciais**, de natureza continuada, com risco reduzido de inadimplemento e possibilidade de controle efetivo por meio de fiscalização direta pela Administração. A contratação envolve profissionais devidamente habilitados e com experiência comprovada nas áreas específicas, o que contribui para a mitigação de riscos e torna dispensável a exigência de garantia para a proteção do interesse público.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.7. Na presente licitação, não serão adotadas cotas reservadas para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que o valor individual de cada item não alcança ou supera o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a indicação de cotas reservadas não se aplica aos itens ou grupos que já estejam abrangidos pela exclusividade prevista no inciso I do mesmo artigo, destinada às licitações com valor igual ou inferior a esse limite.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. Prazo e local para início da execução dos serviços

5.1.1. O início da execução dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo setor competente da Administração Municipal de Guaraciaba.

5.1.2. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo estipulado, o contratado deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis**, os motivos da eventual



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



indisponibilidade, para análise da Administração quanto à possibilidade de prorrogação, excetuando-se os casos fortuitos e de força maior, desde que devidamente comprovados.

5.2. Escopo dos serviços a serem prestados

5.2.1 **Ministrar oficinas de Artesanato, Corte e Costura e Educação Física**, de acordo com os planos e metodologias aprovados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.2.2 As oficinas deverão contemplar aulas **teóricas e práticas**, respeitando a carga horária semanal estabelecida para cada modalidade.

5.2.3 Em caso de impossibilidade de realização de alguma oficina em data previamente agendada, a atividade deverá ser **reposta no mesmo mês**, de forma a não comprometer o atendimento dos beneficiários.

5.2.4 O contratado deverá elaborar e apresentar **relatórios periódicos** das atividades desenvolvidas, incluindo frequência dos participantes, evolução pedagógica e eventuais dificuldades identificadas.

5.3. Condições operacionais e recursos

5.3.1 Todos os materiais necessários para a realização das oficinas serão fornecidos pela **Administração Municipal**.

5.3.2 As **atividades desenvolvidas na zona rural do Município** ocorrerão, especificamente, nas localidades de **Córrego, Café, Abre Campo e Penha**, conforme planejamento e cronograma definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.3.3 Os serviços serão executados **prioritariamente no CRAS, localizado a Rua Direita, nº 92, Centro**, podendo também ocorrer em outros espaços públicos da zona urbana e rural do Município, conforme indicação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.3.4 As **oficinas de Educação Física serão** desenvolvidas em espaços públicos do Município, localizados na zona urbana e/ou rural, conforme definição e cronograma estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. As oficinas de Educação Física serão em espaços públicos do município, podendo acontecer em espaços da zona urbana e/ou rural.

5.3.5 Para a execução das atividades na zona rural, o veículo necessário ao deslocamento do profissional será disponibilizado pela Secretaria requisitante.

5.3.6 Todo o trabalho deverá ser desenvolvido **presencialmente** no Município de Guaraciaba, assegurando resposta imediata às demandas da Administração.

5.4. Da assiduidade dos participantes e das atividades alternativas

5.4.1 Caso não haja comparecimento de alunos em determinada oficina, o profissional contratado não ficará desobrigado da execução de sua carga horária mínima.

5.4.2 Nessas situações, deverá desempenhar **atividades correlatas**, tais como: organização de materiais, planejamento pedagógico, registros de acompanhamento, elaboração de relatórios ou participação em reuniões de alinhamento com a equipe técnica da Secretaria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.4.3 A Administração poderá ainda convocar o profissional para colaborar em ações intersetoriais ou atividades complementares do CRAS, desde que compatíveis com sua área de atuação, garantindo sempre a integralidade da carga horária contratada.

5.5. A ordem de fornecimento para início da prestação dos serviços será emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG, após a formalização contratual e o cumprimento das exigências preliminares à execução.

5.6. Quaisquer dúvidas, esclarecimentos ou comunicações relativas à ordem de fornecimento poderão ser direcionados exclusivamente ao e-mail institucional: compras@guaraciaba.mg.gov.br, canal oficial de contato com o Setor de Compras do Município.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(a) servidor(a) **Ana Maria da Silva**, e-mail: cras@guaraciaba.mg.gov.br ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1 não produziu os resultados acordados,

7.1.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.1.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **02 (dois)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período trabalhado.

7.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.8.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.8.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão **recebidos definitivamente** no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão. [A1]

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.21.1 o prazo de validade;

7.21.2 a data da emissão;

7.21.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.21.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.21.5 o valor a pagar; e

7.21.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.23. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.36. Não será permitida a antecipação de pagamento, ainda que parcial, sendo o adimplemento condicionado ao efetivo cumprimento das obrigações contratuais, nos termos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e demais documentos que integram o processo de contratação.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.44.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.44.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.44.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

9.2. A execução dos serviços será realizada de forma **contínua e regular**, em conformidade com as necessidades da Administração Pública, mediante acompanhamento do setor responsável e atendimento às demandas formalmente apresentadas durante a vigência contratual.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.19.1 Em razão do baixo risco financeiro da contratação de serviços comuns, com execução mensal, escopo padronizado, fiscalização direta e pagamento condicionado à efetiva prestação, não será exigida a apresentação de balanço patrimonial nem de outras demonstrações contábeis para fins de habilitação, preservando a competitividade sem prejuízo do controle administrativo.

Qualificação Técnica

9.20. Para fins de habilitação, será exigida da licitante a comprovação de aptidão técnica necessária à execução do objeto contratual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.21. Para a função de **profissional de Educação Física**:

8.21.1. Diploma de curso de graduação em Educação Física;

8.21.2. Registro ativo e regular no **Conselho Regional de Educação Física (CREF)**, ou documento equivalente que comprove a regularidade profissional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



9.22. Para as funções de **oficineiros nas áreas de Artesanato, Corte e Costura e Educação Física**:

8.22.1. A comprovação de experiência mínima de **01 (um) ano** na respectiva modalidade ofertada deverá ser realizada por meio da **apresentação de atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, bem como por outros documentos idôneos que confirmem a efetiva atuação do profissional ou da empresa na área pretendida, tais como:

- diplomas ou certificados de formação compatíveis com a atividade;
- declarações emitidas por contratantes ou instituições;
- clipping de matérias, registros fotográficos ou audiovisuais;
- portfólio de trabalhos realizados;
- referências profissionais formalmente identificadas.

9.23. Os **atestados de capacidade técnica** deverão conter, no mínimo, a identificação da entidade emitente, a descrição dos serviços executados, o período de realização, a compatibilidade com o objeto ofertado e a assinatura do responsável pela emissão, podendo ser apresentados em cópia simples, sem prejuízo de posterior diligência para verificação de autenticidade, se necessário.

9.24. Quando se tratar de empresa, esta deverá comprovar **o vínculo jurídico com o(s) profissional(is) indicado(s)**, por meio de qualquer dos seguintes documentos legalmente válidos:

- a) Contrato individual de trabalho;
- b) Registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- c) Contrato civil de prestação de serviços com firma reconhecida;
- d) Indicação no contrato social, nos casos em que o profissional seja sócio atuante;
- e) Declaração de compromisso de futura contratação, assinada pelo responsável legal da empresa e pelo profissional, com identificação das partes.

Disposições gerais sobre habilitação

9.25. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.26. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.27. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



9.29. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$195.189,12 (Cento e noventa e cinco mil, cento e oitenta e nove reais e doze centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste termo.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

02 10 00 08 244 0016 2094 0000 33 90 34 – Ficha 607

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Guaraciaba/MG, 03 de fevereiro de 2026.

Ana Maria Silva de Castro
Secretaria Municipal de Assistência Social

Ana Maria da Silva
Coordenadora do CRAS